



# PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**Pós-Graduação *Lato Sensu*  
Docência em Serviço Social**

## Sumário

|     |                                             |    |
|-----|---------------------------------------------|----|
| 1.  | Nome do Curso e Área do Conhecimento .....  | 3  |
| 2.  | Características Técnicas do Curso .....     | 3  |
| 3.  | Público-alvo .....                          | 3  |
| 4.  | Critérios de Seleção .....                  | 4  |
| 5.  | Justificativa do Curso .....                | 4  |
| 6.  | Objetivos do Curso .....                    | 4  |
| 7.  | Competências e Habilidades do Egresso ..... | 5  |
| 8.  | Metodologia de Ensino e Aprendizagem .....  | 6  |
| 9.  | Estágio Não Obrigatório .....               | 9  |
| 10. | Matriz Curricular .....                     | 11 |
| 11. | Carga Horária .....                         | 11 |
| 12. | Conteúdo programático .....                 | 12 |
| 13. | Infraestrutura Física e Pedagógica .....    | 31 |

## 1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

**Nome do Curso:** Docência em Serviço Social

**Área de Avaliação (CAPES):** SERVIÇO SOCIAL

**Grande Área (CAPES):** CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (60000007)

**Área do Conhecimento (CAPES):** SERVIÇO SOCIAL (61000000)

**Classificação OCDE:** Saúde e bem-estar

## 2. Características Técnicas do Curso

**Modalidade:** Educação a Distância

**Número máximo de vagas por Polo/Unidade:** 1000 alunos

**Período de Oferecimento:** O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

### Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

## 3. Público-alvo

O curso é voltado para profissionais graduados na área de Serviço Social, que buscam aprimorar suas habilidades para atuar como docentes em cursos de Serviço Social ou áreas afins.

## 4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no portal da Instituição e entrega dos documentos solicitados. Em seguida, analisados pela área competente.

## 5. Justificativa do Curso

O curso atende à crescente demanda por profissionais capacitados para atuar como docentes no ensino superior, na área de Serviço Social.

A relevância desse programa reside na necessidade de formar especialistas que possam construir e adaptar currículos para uma educação alinhada com as transformações sociais contemporâneas.

A matriz curricular estratégica engloba disciplinas que abordam desde a legislação educacional e políticas de inclusão até os fundamentos do Serviço Social e a relação com direitos sociais e políticas públicas.

O curso visa preparar docentes habilitados a utilizar metodologias avançadas de ensino, incorporando tecnologias educacionais e estratégias de avaliação pertinentes ao contexto específico do Serviço Social.

Ao unir teoria e prática, o curso busca formar profissionais capazes de promover um ambiente educacional dinâmico, reflexivo e comprometido com a transformação social, preparando assim os futuros assistentes sociais para os desafios e complexidades do cenário contemporâneo.

## 6. Objetivos do Curso

### 6.1. Objetivo Geral

- O objetivo geral do curso é formar profissionais capacitados para atuar efetivamente na área de Serviço Social no ensino superior, equipando-os com conhecimentos teóricos e práticos atualizados, habilidades pedagógicas e uma compreensão crítica das questões sociais e políticas atuais.

## **6.2. Objetivos Específicos**

- Capacitar os profissionais para compreender e aplicar as políticas de inclusão e a legislação da educação superior.
- Desenvolver habilidades para a implementação de estratégias de ensino eficazes, incluindo a aplicação de metodologias ativas e a avaliação da aprendizagem.
- Fornecer uma compreensão aprofundada da questão social no Brasil e das políticas públicas relacionadas.
- Promover a reflexão crítica sobre o papel do Serviço Social na sociedade contemporânea.
- Preparar os profissionais para lidar com os desafios e mudanças no campo do Serviço Social, incluindo os impactos da globalização e do multiculturalismo.

## **7. Competências e Habilidades do Egresso**

### **Competências**

Realizar planejamento curricular e avaliação da aprendizagem no contexto do Serviço Social.

Implementar estratégias de ensino eficazes, incluindo a aplicação de metodologias ativas.

### **Habilidades**

- Capacidade de desenvolver e implementar currículos adequados ao contexto do Serviço Social no ensino superior.
- Habilidade em aplicar diferentes metodologias de ensino, considerando princípios da andragogia e estratégias didáticas eficazes.
- Competência na elaboração e aplicação de métodos de avaliação alinhados com as especificidades do ensino superior em Serviço Social.
- Compreensão atualizada dos fundamentos e concepções contemporâneas do Serviço Social, integrando direitos sociais e questão social.
- Capacidade de analisar criticamente a relação entre o Serviço Social, as políticas públicas e a questão social no contexto brasileiro.

## 8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade,

outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

### **Avaliação do Desempenho do Aluno**

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no

Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

### **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Optativo**

O trabalho de conclusão de curso (TCC) é um serviço opcional nos cursos de pós-graduação. Não é obrigatório; o aluno pode escolher fazê-lo ou não.

Se optar por realizá-lo, deverá solicitar o serviço adicional via AVA com, pelo menos, 60 dias de antecedência em relação ao término do curso.

**Atenção:** a carga horária para elaboração do TCC não está inclusa na carga horária total do curso.

### **Certificação**

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES

nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

### **Composição do Corpo Docente**

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

## **9. Estágio Não Obrigatório**

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as

quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e do Departamento de Estágios.

## 10. Matriz Curricular

| DISCIPLINAS                                                | CH PRÁTICA | CH TEÓRICA | CH TOTAL |
|------------------------------------------------------------|------------|------------|----------|
| Ambientação                                                | 0 h        | 0 h        | 0 h      |
| Legislação da educação superior e políticas de inclusão    | 0 h        | 40 h       | 40 h     |
| Andragogia                                                 | 0 h        | 40 h       | 40 h     |
| Currículo e Planejamento no Ensino Superior                | 0 h        | 40 h       | 40 h     |
| Fundamentos do Serviço Social: concepções contemporâneas   | 0 h        | 40 h       | 40 h     |
| Direitos e seguridade social                               | 0 h        | 40 h       | 40 h     |
| Avaliação da aprendizagem no ensino superior               | 0 h        | 40 h       | 40 h     |
| Educação a distância: fundamentos, políticas e legislações | 0 h        | 40 h       | 40 h     |
| Fundamentos da Questão Social no Brasil                    | 0 h        | 40 h       | 40 h     |
| Estado e Políticas Públicas                                | 0 h        | 40 h       | 40 h     |

## 11. Carga Horária

A carga horária de 360 h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

## 12. | Conteúdo programático

### Disciplina: Ambientação

**Ementa:** Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

#### Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

**Conteúdo Programático 1:** Introdução ao Ensino a Distância.

**Conteúdo Programático 2:** Tecnologia e educação.

**Conteúdo Programático 3:** Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

**Conteúdo Programático 4:** Perfil do aluno no Ensino a Distância.

#### Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf). Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim**

**informativo Cybercentro Castelo Branco.** Castelo Branco, 2014. Disponível em:  
<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

### **Bibliografia Complementar:**

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line**. São Paulo: Elsevier, 2011.

## **Disciplina: Legislação da Educação Superior e Políticas de Inclusão**

**Ementa:** Aspectos históricos e políticos do Ensino Superior no Brasil. O contexto das políticas públicas educacionais no Brasil. A legislação que rege as ações no Ensino Superior. Políticas de Inclusão – ações afirmativas. Políticas de avaliação externa da educação superior. Plano Nacional de Educação (PNE), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), dentre outros.

### **Competências e habilidades:**

- Compreender as principais mudanças ocorridas no Ensino Superior ao longo do tempo;
- Identificar a Legislação pertinente ao Ensino Superior e seguir os critérios regentes em sua prática profissional;
- Conhecer as políticas de inclusão, políticas públicas e ações afirmativas no tocante a Educação Superior.

**Conteúdo Programático 1:** Aspectos históricos e políticos do Ensino Superior no Brasil.

**Conteúdo Programático 2:** A Legislação nacional para o ensino superior. Políticas de avaliação externa da educação superior. Plano Nacional de Educação (PNE), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e o papel da avaliação institucional como ferramenta de gestão pedagógica.

**Conteúdo Programático 3:** O contexto das políticas públicas para a educação superior no Brasil.

**Conteúdo Programático 4:** Políticas de Inclusão – ações afirmativas. Sistema de cotas na Universidade pública.

### **Bibliografia Básica:**

BRASIL. Lei nº 12.711/12. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRITO, A. E. C. A.; QUIRINO, D. L. C.; PORTO, L. C. M. Educação especial e inclusiva no ensino superior. **Revista Educação**, Londrina, PR, v.16, n.20-21, p.14-20. 2013.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. A educação Superior. In: CATANI, A.M; CORRÊA, B.C.; OLIVEIRA, J.F. et al (orgs.). Organização do Ensino no Brasil: Níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Vozes, 2002.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, nº 28, p. 17-36, 2006.

OLIVEIRA, J.F (Org). **O campo universitário no Brasil**: políticas, ações e processos de reconfiguração. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. de (orgs.). **Pedagogia Universitária**: caminhos para a formação de professores. Selma Garrido Pimenta, São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, S. G; ANASTASIOU, L. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo. Cortez Ed. 2002 (1ª. Ed.) 2011 (5ª. Ed.).

### **Bibliografia Complementar:**

ALMEIDA, Maria Isabel. As transformações na universidade contemporânea. In: Almeida, M.I. **A formação do professor do Ensino Superior**: desafios e políticas institucionais. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, L. A. C. R. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

SOUZA, J. G. **Evolução histórica da universidade brasileira**: abordagens preliminares. Revista de Educação, Campinas, nº 1, p. 42-58, 2012.

VALDES, M.T.M. (Org.). **Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil**: caminhos e desafios. Fortaleza: EDUECE, 2006.

## **Disciplina: Andragogia**

**Ementa:** Fundamentos da andragogia e os princípios da aprendizagem dos adultos. Concepção de aprendizagem e práticas pedagógicas: andragógicas.

### **Competências e Habilidades:**

- Identificar as características da aprendizagem do adulto;
- Ser capaz de elaborar propostas metodológicas e estratégias levando em conta as especificidades do público em questão;
- Compreender as necessidades de formação continuada para o aluno adulto;
- Entender as diferenças e especificidades entre Pedagogia, Andragogia e Heutagogia.

**Conteúdo Programático 1:** Modelo Andragógico.

**Conteúdo Programático 2:** Diferença entre Pedagogia, Andragogia e Heutagogia.

**Conteúdo Programático 3:** Educação do Jovem e do adulto.

**Conteúdo Programático 4:** Adultos em processo de formação continuada.

**Conteúdo Programático 5:** Estilos de Aprendizagem.

**Conteúdo Programático 6:** Educação de adultos.

**Conteúdo Programático 7:** A Teoria das Inteligências Múltiplas e suas implicações.

**Conteúdo Programático 8:** Aprendizagem autodirigida.

### **Bibliografia Básica:**

BELLA, Zezina. **Andragogia em Ação:** como ensinar adultos sem se tornar maçante. Santa Bárbara D'Oeste: SOCEP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Heutagogia:** aprenda a aprender mais e melhor. Santa Bárbara D'Oeste: SOCEP, 2008.

OSÓRIO, A. **Educação permanente e educação de adultos.** Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2003.

### **Bibliografia Complementar:**

CARDOSO, Isa Mara. **Andragogia em ambientes virtuais de aprendizagem**. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica 2006. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao\\_CardosoIM\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_CardosoIM_1.pdf)>. Acesso em 08 out. 2019.

NOGUEIRA, Sónia Mairos. **A andragogia: que contributos para a prática educativa?** 2004. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15554/1/A%20andragogia.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2019.

## **Disciplina: Currículo e Planejamento no Ensino Superior**

**Ementa:** As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação – bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia. Resoluções e pareceres sobre a carga horária mínima dos cursos de graduação, estágio, dentre outras implicações presentes neste universo. O planejamento de ensino como requisito essencial na organização do trabalho docente. Planejamento: tipos e elementos constitutivos. A importância da utilização dos recursos didáticos na construção do conhecimento.

### **Competências e habilidades:**

- Entender como se constitui a organização curricular no Ensino Superior;
- Compreender as especificidades em relação as diretrizes curriculares para diferentes cursos e áreas do conhecimento;
- Reconhecer os níveis e etapas do planejamento de ensino e sua importância nas práxis docentes;
- Elaborar planos de aula que respeitem as normas e legislações específicas dos cursos;
- Reconhecer os princípios do planejamento de ensino para atuar como mediadores, apoiando-se nas metodologias e estratégias didáticas pertinentes ao ensino superior.

**Conteúdo Programático 1:** Organização curricular no Ensino Superior.

**Conteúdo Programático 2:** Currículo: possibilidades e desafios na contemporaneidade.

**Conteúdo Programático 3:** Conceitos sobre o planejamento de ensino e sua importância na prática docente. Níveis do planejamento. Etapas do Planejamento de Ensino.

**Conteúdo Programático 4:** Programa de disciplina: organização, ementa e objetivos. Dimensão prática – elaboração de plano de ensino e plano de aula.

#### **Bibliografia Básica:**

LEVINSKI, Eliara Z.; CORREA, Carina T; MATTOS, M. Docência Universitária: O Planejamento da Disciplina e a Organização da aula. In: FÁVERO, Altair Alberto et al. **Docência Universitária: Pressupostos Teóricos e Perspectivas Didáticas**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015. Cap.10.(p.207-221).

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011. Capítulo 1. (p.70-92).

PACHECO, José Augusto. **Para a noção de transformação curricular**. Cadernos de Pesquisa, v.46, nº150, jan/mai, 2016. p.54-77.

#### **Bibliografia Complementar:**

MASETTO, Marcos Tarciso. Inovação Curricular no Ensino Superior. **Revista e-Curriculum**, [S.l.], v. 7, n. 2, set. 2011. ISSN 1809-3876. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/6852>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

PACHECO, José Augusto; OLIVEIRA, Maria Rita N.S Os campos do currículo e da didática. In: OLIVEIRA, M.R et al. **Currículo, Didática e Formação de Professores**. Campinas, Papirus, 2013 (p.21-44)

VASCONCELLOS, C. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 19ª Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

## **Disciplina: Fundamentos do Serviço Social: concepções contemporâneas**

**Ementa:** Serviço Social na contemporaneidade. Aprofundamento da tradição marxista no serviço social e as categorias teóricas que dão base para a profissão. Vivências e experiências em processos de trabalho. O exercício profissional na esfera governamental/estatal como principal espaço sócio-ocupacional do Assistente Social no Brasil. Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social crítico. Sujeitos sociais principais da ação profissional nesses espaços ocupacionais.

**Competências e Habilidades:**

- Compreender a fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social;
- Entender as transformações ocorridas na área do Serviço Social ao longo do tempo;
- Refletir criticamente sobre o campo de atuação do Assistente Social, bem como os desafios, responsabilidades e importância da profissão no contexto nacional e contemporâneo.

**Conteúdo Programático 1:** Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social na América Latina e no Brasil: gênese histórica, teórica e metodológica do Serviço Social e o significado sócio-histórico da profissão.

**Conteúdo Programático 2:** Principais matrizes-teóricas do pensamento social do Serviço Social.

**Conteúdo Programático 3:** A institucionalização teórico-prática do Serviço Social nas décadas de 1930-1960.

**Conteúdo Programático 4:** O movimento de Renovação do Serviço Social: década de 1970 e o Congresso da Virada.

**Conteúdo Programático 5:** Pós Movimento de Reconceituação: aspectos teóricos, éticos e práticos do Serviço Social contemporâneo.

**Conteúdo Programático 6:** Os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

**Conteúdo Programático 7:** As transformações da profissão no mundo do trabalho.

### **Bibliografia**

ABEPSS. **Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político.** Serviço social e sociedade nº 79. São Paulo: Cortez, 2004.

BRAZ, Marcelo. TEIXEIRA. Joaquina Barata. **O projeto ético-político do serviço social.** Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FALEIROS, Vicente. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2002.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XXVIII, setembro 2007, nº 91, São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 22 ed. Cortez: São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempos de capital fetiche.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

\_\_\_\_\_. **Mundialização Financeira, “Questão Social” e Serviço Social no Brasil.** *Revista Em Pauta.* UERJ. Rio de Janeiro, 2008.

LUZ, Madel. **Novos Saberes e Práticas em Saúde Coletiva:** estudos sobre racionalidades médicas e atividades corporais. São Paulo: HUCITEC, 2003.

MERHY, E.E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: 2º Edição. HUCITEC: 2005.

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

PINHEIRO, R. & Mattos, R.A (Orgs.). **Construção Social da Demanda**: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, CEPESC-ABRASCO: 2013.

### **Demais Bibliografias**

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O Serviço Social em Hospitais**: Orientações Básicas. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parecer Jurídico nº 16/08. **Práticas Terapêuticas utilizadas no âmbito da atividade de Serviço Social/Serviço Social Clínico/Componentes Jurídicos**. 2008.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paul: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

### **Disciplina: Direitos e Seguridade Social**

**Ementa**: Direitos humanos, direitos sociais e as políticas setoriais e de defesa de direitos no Brasil pós-constituição de 1988. Marco legal da Seguridade Social.

**Objetivo da disciplina**: Conhecer a constitucionalização e marco legal das políticas setoriais e de defesa de direitos.

**Competências e Habilidades**:

- Compreender os marcos legais dos direitos humanos e direitos sociais;
- Entender as políticas de defesa da criança, do adolescente, do idoso e de pessoas com deficiência;
- Atuar na prática profissional seguindo os princípios da seguridade social.

**Conteúdo Programático 1:** Carta Magna do Estado Brasileiro: Constituição Federal de 1988 e normas infraconstitucionais.

**Conteúdo Programático 2:** Direitos Fundamentais: Conceito de Direitos Humanos e Solidariedade Social.

**Conteúdo Programático 3:** Política de Seguridade Social, Direito do Idoso, Direito da Criança e Adolescente e da Pessoa Com Deficiência.

**Conteúdo Programático 4:** Políticas sociais: análise dos direitos sociais. Pós constituição de 1988: avanços, limites e desafios.

#### **Bibliografia:**

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DINIZ, Vasconcelos. Estado Social E Princípio Da Solidariedade. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, n. 3, p. 31-48, jul. /dez. 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Estado\\_social\\_e\\_principio\\_da\\_solidariedade.pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Estado_social_e_principio_da_solidariedade.pdf). Acesso em 31 de julho de 2020.

PIANA, Maria Cristina As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 21-56.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, p. 89-94, abr. 1998. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47169>>. Acesso em: 25 Ago. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v212.1998.47169>.

#### **Demais referências:**

COSTA, Lucas Sales da. Legitimidade e critérios de atuação do Poder Judiciário no cenário do neoconstitucionalismo: para além da jurisdição constitucional. 2016. <https://jus.com.br/artigos/29351/uma-analise-dos-direitos-sociais-nos-25-anos-da-constituicao-federal-de-1988-desafios-limites-e-possibilidades>. Acesso

em 27 de Agosto de 2020.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Martins Fontes: São Paulo, 2010.

FEDERAL, Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal, v. 8, 1990.

FEDERAL, Senado. **Estatuto do idoso**. Brasília (DF): Senado Federal, 2003.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 38ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O novo conceito constitucional de pessoa com deficiência**: um ato de coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença et al. (Coord.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Edição Digital. São Paulo: Saraiva. 2012.

HESSE, Konrad; MENDES, Gilmar Ferreira. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Fabris, 1991.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 1986.

KELSEN, Hans; LOUREIRO, Fernando Pinto. **Teoria pura do direito**. Saraiva, 1939.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 10. ed. São Paulo: Método, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Ana Cristina Monteiro de Andrade. Princípio Constitucional da Solidariedade. **Revista Doutrina**, 11 de Dez de 2013. Disponível em: <[https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao057/AnaCristina\\_Silva.html](https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao057/AnaCristina_Silva.html)>. Acesso em: 31 de Jul de 2020.

SOARES, Luiz Eduardo; GUINDANI, Miriam Krenzinger. Direitos humanos nos governos do PT. **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo, 2017.

## **Disciplina: Avaliação da Aprendizagem no Ensino Superior**

**Ementa:** Avaliação de aprendizagem: instrumentos de prática pedagógica.

Propostas metodológicas e práticas referentes aos instrumentos de avaliação.

Aplicação das propostas referentes aos instrumentos de avaliação no cotidiano de sala de aula.

**Competências e habilidades:**

- Compreender as diferentes modalidades de avaliação, bem como sua aplicação em sala de aula;
- Identificar os diferentes tipos e técnicas de avaliação e sua aplicação na prática docente;
- Compreender a importância da diversificação dos instrumentos no processo de avaliação.

**Conteúdo Programático 1:** Conceitos e funções. Modalidades da Avaliação: diagnóstica, Formativa e Somativa.

**Conteúdo Programático 2:** Tipos e técnicas de avaliação: Observação, autoavaliação e aplicação de provas. Prova Objetiva e Dissertativa. Portfólios e Mapas Conceituais.

**Conteúdo Programático 3:** Arguição, Dissertação e Testagem.

**Conteúdo Programático 4:** Recuperação da aprendizagem: estratégias e desafios.

#### **Bibliografia Básica:**

DESPREBITERIS, Lea. TAVARES, Marinalva Rossi. **Diversificar é preciso - instrumentos e técnicas de avaliação da aprendizagem.** São Paulo: Senac, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem:** componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica:** desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

#### **Bibliografia Complementar:**

ALMEIDA, A. M. F. da P. M. **A avaliação da aprendizagem e seus desdobramentos.** Avaliação. Campinas, v. 2, p. 37-49, jun,1997.

HOFFMANN, J. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1991.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória:** desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1995

SOUZA, V. T. de. **Avaliação da aprendizagem.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v.1.nº 3, p.13-26, abr/jun. 1994.

## Disciplina: Educação a Distância: Fundamentos, Políticas e Legislações

**Ementa:** Educação a distância, desenvolvimento de novas mídias ao longo de décadas. Métodos de aprendizagem. História da EAD no Brasil: uso de mídia digitais, televisão, correspondência e outros recursos mediadores da EAD. A EAD e o Ensino Superior. EAD no Brasil. Modelos de aprendizagem: Metodologias Ativas. Aplicativos e demais recursos para experiências de aprendizagem nos cursos a distância. Desafios e perspectivas. Legislação da EAD no Brasil. Instrumentos de Avaliação.

### Competências e Habilidades:

- ✓ Compreender o histórico da EaD;
- ✓ Identificar as características e os recursos que caracterizam a modalidade EaD;
- ✓ Conhecer modelos de aprendizagem usados na EaD, mediados por metodologias ativas e demais aplicativos que favorecem a construção de aprendizagens;
- ✓ Refletir sobre os diferentes instrumentos de avaliação que podem ser usados na EaD;
- ✓ Analisar a legislação da EaD no Brasil;
- ✓ Aplicar os conhecimentos obtidos no exercício da profissão;

### Conteúdo Programático

- ✓ **Tópico 1:** Fundamentos e histórico da Educação a Distância.

Fundamentos da Educação a distância - Entender a Educação a distância, uma análise do que é a educação a distância, alguns conceitos importantes e como a educação a distância vem transformando todos os processos educacionais, até os presenciais, especialmente pelo avanço das tecnologias móveis e em rede. História da EaD - A EaD começa com os cursos por correspondências, no início do século XIX. O desenvolvimento de novas mídias e das universidades abertas, a partir da década de 1970, causa uma revolução na história da EaD. A partir da década de 1990, o desenvolvimento da Internet causa outra revolução na EaD, com o surgimento da EaD on-line, que predomina até hoje. Temos então, as diferentes gerações do ensino a distância que buscam, entre outras questões, potencializar o uso de algumas ferramentas presentes no contexto social.

- ✓ **Tópico 2:** A EaD no Brasil: princípios e legislação.

História da EaD no Brasil - Algumas mídias, como a televisão e o rádio, desempenharam (e ainda desempenham) papel de destaque em programas de Educação a Distância no país. A partir da LDB (1996), a EaD entra oficialmente no palco da Educação brasileira. Merecem destaque: seu crescimento no Ensino Superior, o desenvolvimento dos Referenciais de Qualidade (2003 e 2007), a criação da UAB (2005) e do e-Tec (2007), além da continuidade da utilização da EaD em cursos livres, profissionalizantes e no universo corporativo. Legislação da EAD no Brasil - No Brasil, somente em 1996, a EaD é tratada na Legislação, conforme a transcrição a seguir do Artigo 80 da Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2004, surge as políticas de implantação dos 20% a distância, uma possibilidade de flexibilização da carga horária nos cursos presenciais. As instituições superiores têm optado, na questão dos 20% a distância, por dois caminhos diferentes: o do voluntarismo e o do planejamento pontual. Legislação da pós-graduação Latu Sensu. Sistema UAB e outras regulamentações - O Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Várias portarias e regulamentações surgem a partir disso. Entre elas, temos o Decreto Nº 9.057/2017, publicado em 26 de maio de 2017, atualiza a legislação sobre o tema e regulamenta a Educação à Distância no país, incluindo a Portaria 2117 de 6 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Temos ainda como destaque, considerando contextos emergenciais, algumas portarias, como a Portaria MEC nº 1030 de 01/12/2020 que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

✓ **Tópico 3:** Modelos de aprendizagem e recursos para o trabalho na EaD.

Modelos de aprendizagem - A EaD em rede está contribuindo para superar a imagem de individualismo. A Internet traz a flexibilidade de acesso junto com a possibilidade de interação e participação. Combina o melhor do off-line, do acesso quando a pessoa quiser, com o on-line, a possibilidade de conexão, de estar junto, de orientar, de tirar dúvidas, de trocar resultados. Vários modelos de EaD como, teleaulas ao vivo por satélite, educação on-line, Os modelos híbridos on-line, que têm atividades síncronas e assíncronas. EaD: Ferramentas e Tecnologias - Independentemente da distância física a que os alunos estão submetidos em EaD, pode-se analisar a distância transacional, que envolve o grau de interação entre alunos e professores, a estrutura dos cursos e o nível de autonomia do aluno. As ferramentas utilizadas em EaD dividem-se em ferramentas de autoria e de tutoria, possibilitando diversas atividades realizadas em EaD, que podem ser divididas em síncronas e assíncronas. Além disso, no contexto mais atual, as metodologias ativas inserem-se como uma abordagem educacional que favorece as aprendizagens dos estudantes e, aliadas a diversos aplicativos e recursos, são potentes ferramentas para o trabalho na EaD.

✓ **Tópico 4:** Desafios e perspectivas para a EaD.

Instrumentos de Avaliação em EaD - o Ministério da Educação e os órgãos responsáveis por regulamentar a Educação a Distância vêm sistematizando sua oferta e normatizando procedimentos, tanto operacionais e administrativos quanto pedagógicos. Os Instrumentos de Avaliação são os principais subsídios para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. São avaliadas três grandes dimensões: a dimensão didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura. Apesar da regulamentação da EaD e a busca de um padrão de qualidade ainda se colocam como um grande desafio. Futuro da EaD - É possível prever várias tendências para o futuro da EaD, como a organização de ambientes pessoais de aprendizagem e o uso de mundos virtuais 3D, games, dispositivos móveis, realidade aumentada e recursos educacionais abertos.

### **Bibliografia básica**

ABED – **Associação Brasileira de Educação a Distância** (Org.). Disponível em <http://www.abed.org.br/site/pt/> Acesso em 15 de dez. 2020.

BRASIL. 2007. **Referenciais de qualidade para Educação a Distância**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf> Acesso em 15 de dez. 2020.

BACICH, L. & MORAN, J. **Metodologia Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática**. São Paulo: Penso Editora. 2018.

CURSINO, A.G. **Tecnologias na Educação: contribuições para uma aprendizagem significativa**. 1ª ed. Ed. Appris. 2020.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

TORI, R. **Educação sem distância: as tecnologias interativas**. São Paulo: Senac SP, 2010.

### **Bibliografia complementar**

APARECIDA, R; LEITE, L.S. **Educação a Distância – da Legislação ao Pedagógico**. São Paulo: Vozes, 2010.

GOTTARDI, M. de L. **A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno**. Associação Brasileira de Educação a Distância, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios.**

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online.** São Paulo: Elsevier, 2011.

## **Disciplina: Fundamentos da questão social no Brasil**

**Ementa:** A Questão Social. A questão social na América Latina e no Brasil. A produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. Questão Social e Direitos Sociais: cidadania.

**Objetivo da disciplina:** Entender a constituição do modo de produção capitalista e seus efeitos para a constituição de uma sociedade profundamente desigual, bem como estes efeitos emergem na realidade brasileira de país periférico. Analisar a questão social sob o aspecto econômico, político e cultural, vislumbrando reflexões que serão úteis para a construção de projetos sociais efetivos.

### **Competências e Habilidades:**

- Compreender o modo de produção capitalista e seus efeitos para a sociedade.
- Compreender o que é a questão social e suas expressões no Brasil.
- Entender o conceito de família, sua função social e sua relação com a estrutura patriarcal brasileira.

### **Conteúdo Programático 1: Capitalismo e Sociedade.**

Tema base: O processo de produção e reprodução das relações sociais na estrutura capitalista e a relação dessa estrutura com a chamada questão social. A relação entre a questão social e o Welfare State.

### **Conteúdo Programático 2: A questão racial como expressão da questão social**

Tema base: Como o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira se estruturou sobre a desigualdade racial, transformando a questão social no Brasil num desdobramento da questão racial. Pensar a questão social para além da renda, inserindo-se em uma dimensão cultural que camufla a discriminação através de discursos como do mito da democracia racial.

### **Conteúdo Programático 3: Gosto de classe e estilo de vida.**

Tema base: O gosto de classe e estilo de vida como características sociais. Análise do conceito de habitus desenvolvido por Bourdieu como uma matriz determinada pela posição social do indivíduo que configura seu agir no mundo.

#### **Conteúdo Programático 4: Família e função social.**

Tema base: Contextos socioculturais da Instituição familiar na sociedade brasileira. O impacto da formação de uma sociedade urbano-industrial sobre a organização familiar contemporânea. A cordialidade (no conceito de Sérgio Buarque de Holanda) como desdobramento de uma socialização baseada na família patriarcal brasileira.

#### **Bibliografia:**

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SANTOS, Joseane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v.6).

#### **Demais referências:**

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira & identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (1936) Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

### **Disciplina: Estado e políticas públicas**

**Ementa:** Conceitos de Estado e de políticas públicas nos diversos contextos sócio políticos. Evolução das políticas públicas. Políticas públicas no contexto da globalização e do neoliberalismo.

**Objetivo da disciplina:** Compreender conceitos fundamentais para o entendimento do Estado e seu papel no mundo contemporâneo, especialmente no Brasil. A consolidação destes elementos será o suporte para a reflexão crítica esperada nas demais disciplinas de seu curso.

#### **Competências e Habilidades:**

- Refletir criticamente sobre o conceito de Estado e sua transformação no decorrer do tempo;
- Identificar os impactos gerados em decorrência da globalização;
- Compreender o multiculturalismo, bem como os movimentos multiculturais e suas organizações políticas.

**Conteúdo Programático 1:** Estado, Governo e as especificidades do Estado Brasileiro.

Tema base: Conceito de Estado moderno e seus desdobramentos no mundo contemporâneo. Formação do Estado Brasileiro desde suas origens aos dias atuais.

**Conteúdo Programático 2:** Globalização: conceito e prática na acentuação das desigualdades sociais.

Tema base: Fragmentação étnica e cultural, efeitos da globalização e a intensificação das desigualdades entre países pobres e países ricos.

**Conteúdo Programático 3:** Democracia, Estado-nação e Globalização.

Tema base: Relação existente entre Estado moderno e democracia. A necessidade de uma nova democracia o mundo globalizado

**Conteúdo Programático 4:** Multiculturalismo, Ética Igualitária e Organizações Políticas.

Tema base: O multiculturalismo como uma política de manutenção dos Estados Democráticos. Movimentos Sociais como possibilidades de alcance da equidade e da justiça social.

#### **Bibliografia:**

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

#### **Demais referências:**

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norbert. **Governo, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes; 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e o Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2022.

HOOKS, bell. **Olhares Negros: Raça e Representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

REGO, Valquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. |

### 13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

#### Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

#### Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

**Rede:**

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

